

LEIS SANCIONADAS EM 2016



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D' AJUDA

**SE
2016**



ESTADO DE SERGIPE
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA

LEI Nº 553/2016
20 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza a Chefe do Poder Executivo a doar ao Poder Judiciário do Estado de Sergipe área de terra, localizada na Avenida Lourival Batista – parte integrante da Escola Municipal MARIA DAS GRAÇAS SOUZA GARCEZ – para ampliação do Fórum Dr. Felisberto Freire, localizado na Avenida Emídio Max Neto, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA/SE**, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais de Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Itaporanga D'Ajuda, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Ar. 1º - Fica o Município de Itaporanga D'Ajuda autorizado a doar uma área de terra medindo 786,65 m², localizada na Avenida Lourival Batista – parte integrante da Escola Municipal **MARIA DAS GRAÇAS SOUZA GARCEZ** – para ampliação do Fórum Dr. Felisberto Freire, localizado na Avenida Emídio Max Neto.

Ar. 2º - A área de terra objeto da doação a que se refere a presente Lei deverá ser utilizada, obrigatoriamente, para ampliação do Fórum Dr. Felisberto Freire.

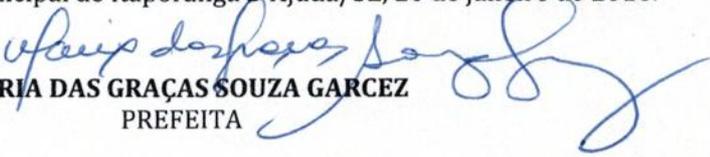
Ar. 3º - Caso a área de terra objeto da doação não seja utilizada no exercício da finalidade pretendida, com a consequente ampliação do Fórum Dr. Felisberto Freire, esta deverá ser revertida ao patrimônio do Município de Itaporanga D'Ajuda/SE.

Art. 4º - Deverá constar da escritura pública de doação cláusula de reversão da área de terreno ao patrimônio deste Município, caso as obras necessárias ao cumprimento de sua finalidade (ampliação do Fórum Dr. Felisberto Freire) não sejam concluídas dentro do prazo de 02 (dois) anos, a contar da efetivação da doação.

5º - A doação objeto desta Lei será efetuada nos termos da **Lei Federal 8.666/93**.

Ar. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itaporanga D'Ajuda/SE, 20 de janeiro de 2016.


MARIA DAS GRAÇAS SOUZA GARCEZ
PREFEITA

Pça. Getúlio Vargas, Nº 22, Centro – Itaporanga D'Ajuda/SE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

LEI Nº 554/2016
DE 01 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA ao Poder Executivo a abrir em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, crédito especial até o limite de mais 20% do total aprovado no Orçamento.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, conferidos pela Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que o Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, *até o limite de mais 20% do total aprovado no Orçamento, destinados a atender as despesas das Ações listadas no anexo I desta Lei.*

Art. 2º - A classificação orçamentária de despesa, bem como a indicação dos recursos disponíveis para abertura do crédito mencionado no artigo anterior, serão indicados e discriminados em Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o disposto contido no art. 43 da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1.964.

Parágrafo Único - A alteração prevista na referida Lei não onera o limite de 80% dos Créditos Adicionais estabelecidos no Art. 7º da Lei Orçamentária nº 548/2015,

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

ANEXO I

ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PORTARIA 113/2015 DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

AÇÃO: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
319004	0193.030	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
319011	0193.030	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
319016	0193.030	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
339014	0193.030	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339036	0193.030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
339039	0193.030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

AÇÃO: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
319004	0193.030	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
319011	0193.030	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
319016	0193.030	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339036	0193.030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
339039	0193.030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

AÇÃO: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
319004	0193.030	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
319011	0193.030	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
319016	0193.030	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339036	0193.030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
339039	0193.030	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Handwritten signature in blue ink.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

AÇÃO:ÍNDICE DE GASTO DECENTRALIZADO DO SUAS- IGD SUAS

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
339014	0193.030	DIARIAS- PESSOAL CIVIL
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339033	0193.030	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
339036	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
339039	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

AÇÃO:ÍNDICE DE GASTO DECENTRALIZADO DO PBF- IGD PBF

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
339014	0193.030	DIARIAS- PESSOAL CIVIL
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339033	0193.030	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
339036	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
339039	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
339048	0193.030	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA
339092	0193.030	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

AÇÃO:APOIO AO CONTROLE SOCIAL DO SUAS

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339036	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
339039	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
339048	0193.030	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

AÇÃO:APOIO AO CONTROLE SOCIAL DO PBF

SUBFUNÇÃO: 244

CLASSIFICAÇÃO	FONTE	DESCRIÇÃO
339030	0193.030	MATERIAL DE CONSUMO
339036	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA
339039	0193.030	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
449052	0193.030	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA

Gabinete da Prefeita Municipal de Itaporanga D'Ajuda, 01 de abril de 2016.

MARIA DAS GRAÇAS SOUZA GARCEZ
Prefeita Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA

LEI Nº 555/2016
DE 01 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA ao Poder Executivo a abrir em favor do Poder Executivo Municipal, crédito especial no valor de até R\$ 533.500,00 (quinhentos e trinta e três mil e quinhentos reais) para os fins que especifica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial em favor da prefeitura Municipal, no valor de até R\$ 533.500,00 (quinhentos e trinta e três mil e quinhentos reais) destinados a atender:

- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DE OBRAS TRANSP E SERVIÇOS URBANOS: 2012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS no valor R\$ 65.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação do GABINETE DA PREFEITA: 2002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA PREFEITA no valor R\$ 44.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL: 2007 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL no valor R\$ 118.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS: 2010 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS no valor R\$ 26.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO: 2061 -

W



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA

MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO no valor R\$ 7.000,00

- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DO DESEN DA AGRIC. INDÚSTRIA E COMÉRCIO: 2065 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTOS DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO no valor R\$ 9.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação do GABINETE DA PREFEITA: 2101 - MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO no valor R\$ 8.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO: 2063 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO no valor R\$ 14.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO: 2059 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO no valor R\$ 14.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER: 6319 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER no valor R\$ 18.000,00
- Criar o elemento de despesa 3190.11.00.00 : 0193.020 - VENCIMENTOS E VANTAGENS na ação da SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE: 2102 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE no valor R\$ 7.000,00
- Criar o elemento de despesa 3390.92.00.00 : 0193.003 - DESPESAS DE EXERCICIOS na ação do FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO BASICA: 2040 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB no valor R\$ 13.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

**LEI Nº. 556/2016
DE 15 DE ABRIL DE 2016**

Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe, para o Exercício de 2017, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE Itaporanga D'Ajuda, **ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais e na conformidade da Lei Orgânica do Município de Itaporanga D'Ajuda, Estado de Sergipe.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1.º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, II, da Constituição Federal, e em consonância com o art. 4.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, além do art. 23, II da Lei Federal n.º 4.320/64 e do art. 65, X da Lei Orgânica, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2017, da Administração Pública Direta e Indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo, os Fundos e as Autarquias, compreendendo:

I – as diretrizes, objetivos e metas da Administração para o exercício proposto, em conformidade com o Plano Plurianual;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

II – a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;

III – as disposições relativas às despesas de caráter continuado;

IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

V – do não atingimento das Metas Fiscais;

VI – das disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei:

I – Anexo de Metas Fiscais, subdividido em:

a) Metas anuais;

b) Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

c) Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

d) Evolução do patrimônio líquido;

e) Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

f) Receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; (Sem movimento, pois o Município de Itaporanga d'Ajuda não possui Regime Próprio de Previdência)

g) Projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; (Sem movimento, pois o Município de Itaporanga d'Ajuda não possui Regime Próprio de Previdência)

h) Estimativa e compensação da renúncia de receita;

i) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

II – Anexo de Riscos Fiscais:

a) Demonstrativo de riscos fiscais e providências.

**CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

Art. 2.º Em consonância com o disposto no art. 165, inc. II, da Constituição Federal, as prioridades do Orçamento-Programa para o Exercício de 2017, a serem apresentadas pelo Poder Executivo, obedecerão às seguintes diretrizes especiais:

I – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, quando não houver fatos supervenientes, de novos projetos;

II – as despesas com o pagamento de dívida pública, precatórios trabalhistas, com pessoal, bem como com contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos;

III – o Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação dos impostos, apurado conforme disposto nos artigos 205 a 214 da constituição federal na Lei Orgânica do Município, e na Resolução n.º 243, de 13 de setembro de 2007, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, na manutenção e desenvolvimento do ensino e a Lei Municipal n.º 544/2015 de 19 de junho de 2015 (Plano Municipal de Educação – PME);

IV – o Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos, apurado conforme disposto nos artigos n.º 196 a 200 da Constituição Federal, na Lei n.º 141 de 13/01/2012 e na Resolução n.º 283 de 03 de outubro de 2013, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, nas ações e serviços públicos de saúde;

V – a receita própria das autarquias e fundos instituídos e mantidos pelo Município, preservando-se a autonomia administrativa, patrimonial financeira e contábil de cada um.

VI – terão prioridade especial as programações destinadas a:

a) construção, reforma, manutenção de escolas, ampliação de vagas escolares, com ampliação de salas de aula, combate a evasão escolar através de incentivo ao estudo, ampliação e manutenção dos cursos de capacitação dos profissionais da educação, melhoria da qualidade da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, com aquisição de uniformes, materiais escolares e equipamentos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

b) construção, reforma, manutenção de Unidades Básicas de Saúde, melhorando e ampliando a capacidade de atendimento da Rede de Atenção Básica do Município;

c) construção, reforma, manutenção de bibliotecas públicas municipais, com melhoria e aumento do acervo, inclusive, com informatização;

d) construção, reforma, **manutenção de creches municipais**, visando a melhoria da qualidade do atendimento, com a aquisição de equipamentos, uniformes, brinquedos e materiais educativos, obedecendo, inclusive, orientação do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Especial, conforme Ofício GP Circular n.º 04, de 25 de maio de 2010;

e) ação integrada para **a criança, o adolescente, inclusive, os portadores de deficiência**, com manutenção dos serviços de apoio social, conforme art. 227, da Constituição Federal, e, art. 253, da Constituição do Estado de Sergipe e Ofício GP/Circular de n.º 05, de 30 de outubro de 2008, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;

f) implementação e manutenção de programas de erradicação do trabalho infantil;

g) desenvolvimento de cultura, esportes e lazer, com implementação e ampliação de oficinas de arte, formação de atletas em diversas modalidades, parcerias com entidades de bairros, e, instalação de equipamentos junto a praças e áreas de concentração populacional carentes de tais benefícios;

h) manutenção e implementação do programa de suplementação alimentar visando o combate à desnutrição;

i) ampliação e manutenção dos serviços prestados à terceira idade, com desenvolvimento de programas e áreas voltadas para implantação de atividades geriátricas, com centro de referência ao idoso;

j) ampliação dos serviços de saúde, com ênfase especial nas áreas de saúde mental, saúde do trabalhador, saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso, saúde da família, saúde da pessoa excepcional, e, na de vigilância epidemiológica; implementação, manutenção, investimentos em obras, equipamentos e ampliação dos serviços de atendimento ambulatorial, hospitalar e Unidades Básicas de Saúde;

k) repasse de verbas que contribuam com o funcionamento dos serviços



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

hospitalares;

l) ampliação da rede de serviços especializados, com recursos dos Governos Federal e Estadual, em especial os voltados para o Centro de Atenção Especializada e o Centro de Especialidade Odontológica;

m) atendimento e acompanhamento das condicionantes de saúde no Programa Bolsa Família, atendendo as recomendações do Governo Federal;

n) implementação e manutenção dos Programas de Saúde da Família, Programa de Combate à Dengue, Prevenção da Tuberculose, Campanhas de Vacinação e outros programas destinados à saúde pública;

o) implementação e manutenção do Programa Cartão do Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito do Município, objetivando atender toda a população, com informatização e modernização de todo o processo;

p) melhoria e manutenção da infraestrutura física do Município, com pavimentação, recapeamento de vias, construção de acessos, construção e manutenção de prédios públicos, construção e manutenção de pontes e pontilhões, e, demais obras; implantação de redes de infraestrutura urbana nas áreas mais carentes do Município;

q) investimentos em saneamento básico, combate a invasão de pessoas em terrenos de situações de risco, prioritariamente, em áreas mais críticas do Município; conservação da cidade com coleta de lixo, varrição de ruas, limpeza de galerias e bocas de lobo, conservação de vias públicas, desassoreamento de rios e córregos, manutenção da rede de iluminação pública;

r) ampliação dos investimentos no sistema de transportes, sinalização, operação, educação e estrutura, visando maior racionalização e eficiência do mesmo;

s) democratização das informações de interesse da população do Município, através de meios eletrônicos e publicações;

t) ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de alimentos com atendimento a merenda escolar;

u) desenvolvimento urbano desconcentrado, instalando equipamentos e serviços públicos em áreas de maior densidade populacional, onde ainda inexistam tais benefícios;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

v) manter entendimentos com as diversas associações comunitárias, recebendo sugestões e definindo prioridades das comunidades, objetivando a obtenção de subsídios, como instrumento de planejamento das ações de governo e de apoio à organização comunitária para estímulo à realização de projetos com a participação efetiva da comunidade, conforme art. 4º da lei Federal nº 10.257 de 10/07/01;

w) melhoria no atendimento à população carente, na área de promoção humana e assistência social e atendimento regionalizado à população do Município;

x) programa de regularização fundiária, inclusive em seus aspectos técnicos e jurídicos; regularização de loteamentos, exigindo cumprimento da lei no tocante à colocação de infraestrutura pelo loteador; desapropriações de áreas do Município, para construção de escolas, centros de recreação, postos médicos e outras estruturas físicas de interesse público, enfim, para concretizar operações urbanas; realização de projetos paisagísticos para a cidade;

y) promoção do desenvolvimento econômico do Município, através de recursos próprios ou em parcerias, tanto nas áreas industriais quanto na prestação de serviços, incentivando a regularização do pequeno empresário e do comércio informal, com auxílio financeiro e com apoio de consultores; e,

z) manutenção e aperfeiçoamento da estrutura organizacional do Poder Executivo; informatização, com equipamentos e serviços para atender todas as áreas da Administração Municipal, oferecendo um atendimento com qualidade e rapidez aos cidadãos usuários dos serviços públicos prestados pela municipalidade.

VII - Será previsto no orçamento, manutenção e investimentos, cessão de áreas e implementação nos programas destinados a:

a) atendimento financeiro através de convênios com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, fornecendo combustível, pequenos reparos em seus próprios veículos, refeições e material de consumo e cessão de servidores municipais para colaborar nos serviços realizados na Delegacia Civil e no Batalhão da Polícia Militar, instalados no Município;

b) instalação e manutenção de postos de segurança comunitário em bairros e povoados do Município, visando a segurança das escolas, das ruas, do patrimônio público e dos munícipes, bem como, atuando na prevenção da violência nas escolas do Município;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

c) manutenção de convênios com a Justiça Estadual, principalmente com a Eleitoral, ou atendimento de solicitação escrita do Juiz de Direito da Comarca, para a disponibilização de veículos, e/ou materiais de consumo para o Fórum da Comarca e cessão de servidores municipais para colaborar na realização de serviços;

d) formalização de convênios com Órgãos dos Governos Federal e Estadual, para prestarem serviços ao Município onde este poderá participar com recursos financeiros, materiais ou humanos;

e) aquisição de financiamento promovido pelas instituições bancárias, para aplicação em projetos de reforma administrativa, aquisição de programas para computador, equipamentos de informática, veículos e outros equipamentos; financiamento promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, e outras instituições bancárias, para aplicação em projetos de educação, saúde, assistência social e obras;

f) melhoria da qualidade de vida dos munícipes através da melhoria do espaço urbano e das áreas de interesse ambiental, com realização de programas de educação ambiental, formação de agentes multiplicadores, realização de atividades ambientais na rede municipal de educação e outras instituições interessadas e de campanhas educativas junto à população; implementação de projetos junto aos Governos Federal e Estadual para as áreas de interesse ambiental, proteção aos mananciais, resíduos sólidos e áreas especiais;

g) cessão/doação de áreas pelo Poder Público, a terceiros; desapropriações voltadas ao desenvolvimento econômico do Município, tendo como objetivo principal os investimentos na cidade e a geração de empregos para a população; e,

h) barateamento das obras de infraestrutura e de habitação mediante implantação de núcleos de produção comunitária.

VIII – As ações desenvolvidas para a política habitacional no Município estarão autorizadas para atender a criação e manutenção de ente público responsável pela política habitacional no Município.

§ 1.º Os projetos habitacionais, quando não contarem com os recursos obtidos por financiamentos subsidiados, deverão ser realizados preferencialmente com a

(Handwritten signature)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

participação das comunidades a serem beneficiadas por tais projetos, cabendo, ao Poder Público, o fornecimento de recursos necessários à aquisição dos materiais, equipamentos, assistência técnica e o fornecimento da mão-de-obra necessária.

§ 2.º As áreas habitacionais, ainda não beneficiadas com o adequado ordenamento urbano e da infraestrutura viária, deverão contar, no mínimo, com a constante manutenção das áreas já existentes, por meio de desobstruções, limpeza e cascalhamento, de forma a evitar, ao máximo, a erosão, o deslize de áreas elevadas e a inutilização dos traçados viários já desenvolvidos anteriormente.

IX – As ações desenvolvidas para a política ambiental no Município estarão autorizadas para atender:

a) os projetos relacionados com as áreas de interesse ambiental e das políticas de uso e ocupação do solo, que serão implementadas com projetos de planejamento de bairros e plano de ocupação das Áreas Especiais de Interesse Ambiental;

b) implementação e manutenção do geoprocessamento, reordenamento da numeração de lotes, residências para endereçamento postal;

c) obras, implantação, manutenção e serviços de adequação de parques e praças em regiões carentes ambientalmente desses equipamentos;

d) manutenção e implementação de programa integrado de resíduos sólidos, promoção do uso ambientalmente sustentável para as áreas de proteção aos mananciais;

e) reorganizar e manter o controle urbano através da aplicação de legislações urbanistas vigentes, de capacitação dos profissionais envolvidos e da modernização dos equipamentos necessários, e, elaboração de índices sociais objetivando a orientação das políticas públicas.

X – As ações desenvolvidas para a política de saúde no Município, estarão autorizadas para atender:

a) manutenção e implementação do Fundo Municipal da Saúde – FMS, de acordo com as normas estabelecidas em leis federais, estaduais e municipais), e, em conformidade com os padrões determinados pelo Ministério da Saúde, com gestor e conselhos que deverão ter a responsabilidade de gerir e fiscalizar este Fundo, conforme, art. 196 a 20 da Constituição Federal Leis Federais n.º 8.080, de 19.09.1990, n.º 8.142, de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, na Lei Orgânica da Saúde e demais normas vigentes do Sistema Único de Saúde.

Art. 5.º A concessão de benefícios fiscais com base na legislação municipal vigente, bem como qualquer projeto de lei que objetive conceder ou ampliar isenção, incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária, que impliquem renúncia de receita, gerando efeitos sobre a receita estimada para o orçamento de 2017, somente poderá ser apreciado caso seja de elevado alcance social e de interesse público justificado, e atenda ao disposto num dos incisos do *caput* do art. 14, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6.º O Poder Executivo através de seu órgão competente disciplinará a execução orçamentária de 2017, obedecidas as Diretrizes Orçamentárias fixadas na presente lei, especialmente no que tange ao controle necessário para se atingir o equilíbrio entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas, e em consonância com os dispositivos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Seção I
Da Apresentação do Orçamento**

Art. 7.º O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos, Órgãos e Autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 8.º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação até o nível de elemento de despesa.

§ 1.º É dispensada a autorização legislativa específica para a criação e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

transferências entre os valores dos desdobramentos de um mesmo elemento de despesa.

§ 2.º As vinculações orçamentárias (destinação de recursos) poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atendimento das necessidades de execução orçamentária.

§ 3.º O Poder Legislativo do Município terá como limites de despesas o estabelecido na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 9.º Na Lei Orçamentária constará também, em unidades orçamentárias específicas, as dotações destinadas:

- I - a fundos especiais;
- II - às ações de saúde e assistência social;
- III - ao Regime Geral de Previdência;
- IV - à manutenção e desenvolvimento do Ensino Básico;
- V - a concurso público;
- VI - à concessão de subvenções, auxílios e contribuições;
- VII - a alienação de bens;
- VIII - a convênios;
- IX - a programas sociais;
- X - ao pagamento de precatórios judiciais;
- XI - a operações de crédito;
- XII - a desapropriações de bens imóveis;
- XIII - à amortização, aos juros e à concessão da dívida fundada interna.
- XIV - consórcio público. Lei Federal nº 11.107 de 06/04/2005.

Art. 10. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados, inclusive quadros adicionais que demonstrem o efeito das transferências financeiras (interferências ativas e passivas) entre órgãos e entidades do Município;
- III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

receita e a despesa na forma definida nesta lei municipal.

Art. 11. Para efeito do disposto neste Capítulo, o Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Indireta, encaminharão ao Poder Executivo, até o dia 30.07.2016, sua respectiva proposta orçamentária parcial, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta lei municipal.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 12. A Lei Orçamentária conterá **reserva de contingência** constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária a no mínimo 0,1% (zero vírgula um por cento) da receita corrente líquida prevista para o Município para o atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a possibilidade de destinação para a abertura de créditos adicionais, nos termos da Portaria n.º 163, da Secretaria do Tesouro Nacional, art. 8.º, conforme anexo de riscos fiscais.

§ 1.º Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o *caput* deste artigo, a reserva à conta de receitas vinculadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§ 2.º A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para outros eventos fiscais não poderá exceder à previsão contida no anexo de riscos fiscais, podendo ser utilizada livremente, como fonte de recursos a partir do segundo semestre do exercício.

Art. 13. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000:

I – integrará o processo administrativo de que trata o art. 38, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, para as despesas de projetos relevantes, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3.º, do art. 182, da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro e a declaração do ordenador da despesa sobre a adequação orçamentária e financeira;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

II – entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3.º, do art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000, aqueles cujos valores não ultrapassem os limites a que se referem os incisos I e II, e o parágrafo único, do art. 24, da Lei Federal n.º 8.666/1993, com redação alterada pela Lei Federal n.º 11.107/2005.

Seção III

**Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias
Compreendidos os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo**

Art. 14. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2016 para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete inteiros por cento) sobre a receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior e pela resolução n.º 202 de 24/05/01, do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. Em caso da não elaboração do cronograma de desembolso, os repasses ao Legislativo se darão na forma de parcelas mensais, iguais e sucessivas, respeitados, igualmente, os limites de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 15. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo até o dia 20 de cada mês, conforme §2º, II, art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1.º As arrecadações de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Executivo como receita municipal.

§ 2.º Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

W



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 20. Somente será autorizada a transferência de recursos a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades privadas ou a pessoas físicas, se observadas às seguintes condições:

I - plano de aplicação dos recursos solicitados;

II - comprovação que a entidade não visa lucro e que os resultados são investidos para atender suas finalidades;

III - comprovação de que os cargos de direção não são remunerados;

§ 1.º Em caso de pessoa física o pedido deverá ser documentado e conter, exclusivamente, o documento previsto no inciso I do *caput* deste artigo.

§ 2.º Ocorrendo o deferimento por parte do Executivo este verificará autorização legal da Câmara de Vereadores.

§ 3.º Após a aplicação dos recursos o Executivo concederá prazo de 30 (trinta) dias para a prestação de contas, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

Art. 21. A transferência de recursos públicos para cobrir *déficits* de pessoas jurídicas com a finalidade de conceder benefícios fiscais ou econômicos, além das condições fiscais previstas no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município;

II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Legislação Municipal;

III - no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% (doze inteiros por cento) ao ano ou ao custo de captação, nos termos do art. 27, da Lei



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

Complementar n.º 101/2000, estes ficam condicionados ainda a:

- a) formalização de contrato ou congêneres;
- b) aprovação de projeto de investimentos pelo Poder Público;
- c) acompanhamento de execução;
- d) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do art. 27, da Lei Complementar n.º 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 22. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma da Lei Orçamentária Anual, observado o art. 12, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo único. Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício anterior, poderão ser abertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta lei municipal, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que exista previsão na lei que dispõe sobre o Plano Plurianual.

Seção VIII

Da Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 23. Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1.º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento;

§ 2.º As alterações previstas no *caput* deste artigo ficam limitadas a 80%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

(oitenta por cento) do valor total do orçamento.

**CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**Seção I
Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias
de Caráter Continuado**

Art. 24. A compensação de que trata o art. 17, § 2.º, da Lei Complementar n.º 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito do Poder Executivo, Administrações Indiretas e Poder Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Os Poderes Legislativo e Executivo, inclusive as entidades da Administração Indireta, manterão controles sobre os valores já aproveitados da margem de expansão.

**Seção II
Das Despesas com Pessoal**

Art. 25. Os projetos de lei sobre criação ou transformação de cargos, bem como os relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados, além de previsão específica nesta lei municipal, dos seguintes documentos:

I – de deliberação do ordenador de despesas com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar n.º 101/2000;

II – simulação que demonstre o impacto orçamentário e financeiro da despesa com a medida proposta e a análise sobre o mérito do resultado obtido;

III – comprovação da não afetação das metas fiscais para o exercício.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

Parágrafo único. Fica autorizada a **revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos** e dos subsídios de que tratam o § 4.º, do art. 39, da Constituição Federal.

Art. 26. Desde que observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000, os Poderes Executivo e Legislativo poderão encaminhar projetos de lei objetivando a revisão dos seus quadros de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, de forma a:

- I – conceder vantagens e aumentar a remuneração dos servidores;
- II – criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como testes seletivos, contratações por tempo determinado, em período estritamente necessário, respeitado o disposto na legislação municipal vigente;
- IV – melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do trabalho;
- V – proporcionar desenvolvimento profissional de servidores municipais mediante a realização de programas de treinamento.

Art. 27. A criação ou aumento do número de cargos, além dos requisitos mencionados nos artigos anteriores, atenderá também:

- I – existência de prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e os acréscimos dela decorrentes;
- II – resultar de ampliação de ação governamental, decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos em Lei Orçamentária Anual.

Art. 28. No exercício de 2017, a realização de serviços extraordinários, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e trinta por cento) e 5,7% (cinco inteiros e setenta por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6.º, inc. II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, entre estes:

(Handwritten signature)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

- I – situações de emergência ou calamidade pública;
- II – situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação à outra alternativa possível em situações momentâneas.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 29. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, não consideradas na estimativa da receita orçamentária, somente entrará em vigor após as medidas de compensação previstas no inc. II, do art. 14, da Lei Complementar n.º 101/2000.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À
DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art.30 - Compõe a Dívida Pública Municipal a dívida consolidada, incluídos no montante, calculado os débitos relativos aos **Precatórios Judiciários** de natureza comum ou alimentícia, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal e demais dispositivos da legislação vigente.

Art.31 - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Câmara Municipal, até o dia 31 de Julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de Precatórios Judiciários a serem incluídos na Proposta Orçamentária de 2017, determinados pelo Art. 100, § 1º da Constituição Federal e demais dispositivos da legislação vigente.

Parágrafo Único. – O Custeio dos Precatórios correspondentes às sentenças judiciais de que trata o caput deste Artigo será previsto em dotações Consignadas no Orçamento da Procuradoria Geral do Município.

**CAPÍTULO VI
DO NÃO ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

Art. 32. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9.º, da Lei Complementar n.º 101/2000, serão efetivadas, separadamente, por cada Poder do Município e esfera do governo.

§ 1.º Constitui critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, a seguinte ordem de prioridade:

I - no Poder Executivo:

- a) diárias;
- b) serviço extraordinário;
- c) convênios;
- d) realização de obras;
- e) redução de despesas com equipamentos e material permanente.

II - No Poder Legislativo

- a) diárias;
- b) realização de serviço extraordinário.

§ 2.º Em não sendo suficiente ou inviável sob o ponto de vista de administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I - das despesas com pessoal e encargos;

II - das despesas necessárias para o atendimento à saúde da população e ao atendimento do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do Ensino Básico.

§ 3.º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhamento dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4.º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 5.º Cessada a causa da limitação referida neste artigo, ainda que parcial, a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados serão de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 6.º As metas de resultado nominal e primário, previstos nos anexos de metas fiscais desta lei municipal, podem sofrer variação, para efeito de limitação de empenho, até a ordem de 30% (trinta inteiros por cento) do valor estimado.

**CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 33. Os Poderes Executivo e Legislativo manterão sistema integrado de execução orçamentária que permita o cumprimento do art. 166, §1.º, inc. II, da Constituição da República.

Art. 34. Para fins de cumprimento do art. 62, da Lei Complementar n.º 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I - ao funcionamento de serviços bancários, segurança pública, Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO, Ministério Público, Tribunal de Justiça e outros;

II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III - a ~~cessão~~ cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município e no Estado.

Art. 35. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art.36 - O estabelecimento das metas e prioridades da administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

municipal para o exercício de 2017, de acordo com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, far-se-á, excepcionalmente, no âmbito do Plano Plurianual do período 2014/2017.

Art. 37. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art.38 - A Execução orçamentária do Legislativo, do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social serão independentes, mas integradas ao Executivo para fins de contabilização, por sistema eletrônico de dados.

Art. 39. A acessibilidade a portadores de deficiência, estará constando em todos os projetos, ações e empreendimentos custeados com recursos públicos conforme define o Decreto Legislativo n.º 189/2008, que ratifica a Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU e Ofício Circular n.º 005, de 17/09/2009 do Tribunal de Contas do Estado;

Art. 40. O Município, através dos Poderes Executivo e Legislativo fará cumprir o que determina a Lei Complementar n.º 131 de 27/05/2009 e do Decreto n.º 7.185 de 27/05/2009, referente a transparência da gestão fiscal, determinando a disponibilização em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município;

Art. 41 – O Município, através dos Poderes Executivo e Legislativo, fará cumprir o que determina a Lei Federal de n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e Ofício Circular n.º 002/2015 – HAS/PRSE/MPF de 09 de dezembro de 2015.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA
GABINETE DA PREFEITA**

Art.42 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

Art. 43. O Executivo Municipal baixará normas complementares para regulamentação da conclusão e elaboração do Orçamento Participativo, previsto na Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 44. A Unidade responsável pela coordenação do Controle Interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45, da Lei Complementar n.º 101/2000, das resoluções de n.º 206 de 01/11/01 e n.º 226 de 12/02/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, de acordo com suas atribuições e competências.

Art. 45. - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do município para 2017 será encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2016.

Art.46. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.47. - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Itaporanga D'Ajuda, 15 de Abril de 2016.


**Maria das Graças Souza Garcez
Prefeita Municipal**